

QUE CRIME É NOTÍCIA?

Uma análise de matrizes discursivas que perpassam a reportagem investigativa no Brasil

Copyright © 2019
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

SEANE MELO

Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil
ORCID: 0000-0001-9513-3946

MARCO ROXO

Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil
ORCID: 0000-0001-5398-622X

DOI: 10.25200/BJR.v15n1.2019.1138

RESUMO – Neste artigo tentamos identificar matrizes discursivas que perpassam a noção de “jornalismo investigativo” no Brasil, desde o período de ditadura militar até os dias atuais, para observar deslocamentos de sentido nos atos de nomeação da prática. Assim, tentamos reconstituir duas abordagens do investigativo: uma matriz policial, predominante até o período ditatorial, que se caracterizava pela exploração de temáticas populares e enfatizava a coragem dos jornalistas; e uma matriz política, caracterizada pela predominância de investigações de corrupção e pela atuação de instituições como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), dedicadas à crescente profissionalização do jornalismo.

Palavras-chave: Matrizes discursivas. Jornalismo investigativo. Jornalismo policial. Corrupção.

WHAT CRIME IS NEWS? An analysis of discursive matrices that permeate investigative reporting in Brazil

ABSTRACT – In this paper, we try to identify discursive matrices that permeate the notion of “investigative journalism” in Brazil from the military dictatorship period until the present day, in order to observe displacements of meaning in the acts of naming the practice. Thus, we tried to reconstitute two approaches of the investigative: a police matrix, predominant until the dictatorial period, that was characterized by the exploration of popular themes and emphasized the courage of the journalists; and a political matrix characterized by the predominance of investigations of corruption and the performance of institutions such as Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), dedicated to the growing professionalization of journalism.

Key words: Discursive matrices. Investigative journalism. Police reporting. Corruption

¿QUÉ CRIMEN ES NOTICIA? Un análisis de matrices discursivas que atraviesan el reportaje investigativo en Brasil

RESUMEN – En este artículo buscamos identificar matrices discursivas que atraviesan la noción de “periodismo de investigación” en Brasil, desde el período de la dictadura militar hasta los días actuales, para observar desplazamientos de sentido en los actos de nombramiento de la práctica. De esa manera, intentamos reconstituir dos enfoques del investigador: una matriz policial, predominante hasta el período dictatorial, que se caracterizaba por la explotación de temáticas populares y enfatizaba el coraje de los periodistas; y una matriz política, caracterizada por el predominio de investigaciones acerca de corrupción y por la actuación de instituciones como Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), dedicadas a la creciente profesionalización del periodismo.

Palabras clave: Matrices discursivas. Periodismo de investigación. Periodismo policial. Corrupción.

1 Introdução

Neste artigo tentamos identificar as matrizes discursivas que perpassam a noção de “jornalismo investigativo” no Brasil, desde o período de ditadura militar (1964 a 1985) até os dias atuais. O nosso argumento é de que a noção, nas décadas de 1960 e 1970, estava associada sobretudo ao jornalismo policial e a grandes reportagens que diziam respeito à “realidade” política e social do país. Ao passo que, com a redemocratização, principalmente a partir dos anos 1990, a matriz discursiva que ganha força está relacionada à investigação de corrupção na administração pública.

Em levantamento anterior (Melo, 2016), foi possível constatar pelo menos três apropriações do discurso do “jornalismo investigativo” na bibliografia sobre o jornalismo brasileiro a partir da análise de trabalhos teóricos: ora aparecia como sinônimo de grande reportagem, ora estava identificado com o jornalismo policial, ora se referia quase exclusivamente aos escândalos políticos (Correia, 2012; Dines, 1986; Faro, 1999; Lopes & Proença, 2003; Sequeira, 2005; e outros). Deste levantamento, as duas últimas apropriações apareciam com maior frequência e eram mais delimitadas, por isso a opção em retomar esse recorte para nova análise. Porém, não se trata apenas de reforçar este tipo de levantamento, mas sim da tentativa de evidenciar o papel da Associação Brasileira de Jornalismo

Investigativo (Abraji) na organização e sistematização deste tipo de prática jornalística no século atual, visando a ocupar um lugar de autoridade. Essa é a importância do tema.

Cabe notar que, na época do levantamento, optamos pelo uso do termo “apropriações” para tratar das distintas significações da categoria “investigativo” entre autores da década de 1980 até os anos 2000, mas, atualmente, vemos a necessidade de revisar este termo e substituí-lo pela noção de matriz discursiva, entendida como modo de abordagem da realidade, que implica o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (Sader, 1988). O ganho que a noção oferece ao trabalho diz respeito sobretudo ao entendimento de que os sujeitos não são completamente livres para produzir seus discursos, mas recorrem a matrizes constituídas.

Neste artigo empregaremos como metodologia o trabalho de reconstituição de matrizes discursivas, segundo o qual é necessário, primeiramente, reconhecer características do lugar social de onde as matrizes são emitidas (natureza interna e forma particular de estabelecer suas relações); bem como reconstituir o molde, isto é, os atos de linguagem envolvidos, os principais enunciados e outros elementos expressos na organização argumentativa da matriz. Este trabalho, portanto, será realizado a partir da análise dos próprios discursos (autorreferenciais) sobre jornalismo investigativo, em uma tentativa de entender os significados dados às experiências jornalísticas atreladas a estas práticas, seus valores, predicados e formas de nomeação dos agentes associados a elas (Sader, 1988, p. 145).

Nossa seleção de fontes se iniciou com a análise de trabalhos teóricos nacionais sobre jornalismo investigativo que se propunham a apresentar uma definição da categoria (Lopes & Proença, 2003; Sequeira, 2005; Fortes, 2012; Nascimento, 2010; Bucci, 2014; Christofolletti & Karam, 2011), após a identificação das matrizes, buscamos memórias e declarações de agentes citados nas discussões de jornalismo policial, político e investigativo. Cabe ressaltar que, quando falamos de “jornalismo investigativo”, não estamos adotando nenhum entendimento em particular ou nos filiando a uma definição. O recorte de fontes foi feito com base na autointitulação e no uso da expressão, ou seja, procuramos agentes que se autointitulavam jornalistas investigativos, que empregavam a expressão para qualificar seu trabalho ou que caracterizavam a sua prática da mesma forma que os autores de referência caracterizavam o jornalismo investigativo.

Um dos aspectos que se destaca nos relatos sobre a memória do jornalismo praticado dentro da primeira matriz é a questão da coragem pessoal dos repórteres, uma vez que essas práticas jornalísticas envolviam tensas relações com a polícia, com os criminosos e com os órgãos de repressão da ditadura militar. Já com relação à segunda matriz, observamos, a partir da criação da *Abraji*, em 2002, uma tentativa de disciplinarização da prática jornalística investigativa, que abriu espaço para o crescimento da compreensão do jornalismo investigativo como publicização de casos de corrupção. Temos como objetivo, ainda, iniciar uma reflexão sobre o crescimento desta segunda matriz discursiva como fruto de uma agenda internacional e observar as instituições envolvidas nesse circuito.

2 A Matriz Policial

O noticiário de crimes tem relação com o deslocamento das práticas jornalísticas para o cotidiano das cidades e a transformação do repórter no seu principal agente (Schudson, 1978) no fim do século XIX. A posterior naturalização do jornalismo orientado por “fatos” e não por “causas” tendeu a ignorar os laços históricos que se estabeleceram entre o jornalismo, a literatura e a política (Chalaby, 1996) e fundamentou as bases da formação de uma cultura profissional independente entre os jornalistas. Esse movimento, no entanto, seguiu nuances distintas em diferentes formações histórico-culturais sendo mais intenso nos Estados Unidos, mas tendo fortes resistências na França, onde o jornalismo ainda permaneceu por um bom tempo sendo visto como um primeiro estágio de uma carreira literária (Ibidem).

O caso francês lembra um pouco o brasileiro. Relatos autobiográficos, como os do escritor Coelho Neto (1921, p. 241) destacaram os lamentos de José do Patrocínio, editor da *Gazeta da Tarde* sobre o desprezo dos literatos pela reportagem. “Mas, os meninos não querem compreender assim, entendem que o noticiário é humilhante e fazem cara quando se lhes pede uma notícia”. Segundo Broca (2004, p. 288), nem todos os literatos conseguiam se adaptar à situação de repórter e acabavam protestando contra o “abastardamento da inteligência”. Rodrigues (2000, p. 24) afirma que repórteres como João do Rio se perpetuaram na memória fazendo da reportagem uma “crônica do cotidiano”, num tipo de situação que

tinha como referência o jornalismo francês do século XIX, quando autores como Emile Zola e Victor Hugo inspiravam jovens repórteres a retratar com detalhes às condições de vida do proletariado e do submundo parisiense nos jornais burgueses (Chalaby, 1996).

Para reconstituir a matriz discursiva que chamamos de matriz policial e que representa um jornalismo mais atrelado às temáticas populares, é necessário chamar a atenção para dois aspectos da história do jornalismo brasileiro. O primeiro trata de um processo inicial de industrialização da imprensa no Brasil. A formação de jornais orientados por temáticas populares somente tomou forma nos anos 1950 com a emergência do populismo como fenômeno político de massas (1945 – 1964). De um lado, a ampliação do seu “universo cultural” se deu através dos meios de comunicação (Montes, 1981; Goldstein, 2017) sendo sua ideologia (o trabalhismo) associada à capacidade de difusão do rádio (Gomes, 1988). Mas sua dimensão mística e sensacionalista ganhou relevo através do lançamento de impressos. *O Dia* (1951), *Última Hora* (1951) e *Luta Democrática* (1954) foram empreendimentos de sucesso por estarem centrados na tríade crime, sexo e sindicato. Os êxitos destes jornais nos mercados político e de massas aproximaram seus leitores do “mundo cão”, transformando-os em eleitores sensíveis às plataformas políticas dos seus proprietários (Siqueira, 2002; Sarmiento, 2008).

O segundo diz respeito a quem praticava a reportagem policial, pois os anos 1950 também se caracterizam pela adaptação dos jornais cariocas ao estilo narrativo e à deontologia do modelo de jornalismo objetivo praticado nos Estados Unidos. Quem eram os repórteres policiais das décadas anteriores? Podemos ter uma pista nos relatos autobiográficos do escritor Nelson Rodrigues (1977, p. 203). Para ele, “o jornal era mais emoção do que informação” no período anterior ao *copy desk*, isto é, anterior à criação da função editorial de revisão e padronização da linguagem nos jornais. Entre os jornalistas “havia uma volúpia autoral inenarrável” e “quem redigia um atropelamento se sentia um estilista” (Rodrigues, 1977, p. 64). Portanto, um dos males da forte sistematização discursiva imposta aos jornais pelas regras da objetividade jornalística e decorrente da implantação do *copy desk* era a limitação da liberdade criativa e narrativa dos homens de imprensa. Nos relatos de Nelson Rodrigues percebemos também existir na imprensa os “grandes jornalistas” e uma “massa de analfabetos”, uma espécie de subproletariado das letras compondo de forma não problemática o universo das redações (p. 210).

É preciso chamar a atenção para a reação de um grupo de jornalistas contra a *tiranía* do *copy desk* e dos rigores implantados no novo jornalismo de classe média, cujos adeptos eram classificados por Nelson Rodrigues como os idiotas da objetividade (Ribeiro, 2007, p. 231). Esse tipo de reação não comportava a defesa, pelo menos explícita, de um jornalismo de estilo popular que as reformas queriam aniquilar (Roxo, 2016). Mas, ao contrário, esboçava a defesa da genialidade e da expressão subjetiva que a rigorosa sistematização discursiva implantada ameaçava.

Foi dentro deste cenário que a grande reportagem policial se desenvolveu. De um lado, a aproximação da reportagem com os valores e práticas do modelo de jornalismo objetivo pode ter engendrado o prestígio social do trabalho de investigação jornalística na defesa de valores impulsionados por uma “indignação honesta” como a dos *muckrakers* norte-americanos (Ettema & Glasser, 1998, p. 61), nos quais os jornalistas brasileiros pareciam começar a se inspirar.

No entanto, isso não impedia que os agentes pertencentes a esses dois extremos da comunidade jornalística buscassem prestígio social mediante o uso de recursos como qualidade narrativa, visibilidade social, proximidade com as fontes e a coragem do correspondente de guerra (Neveu, 2005, p. 28). Daí a valorização e popularização de repórteres como David Nasser¹, Edmar Morel², Joel Silveira³ e outros, disputados a “peso de ouro” pelas empresas, que ganharam notoriedade através de furos de reportagem desvendando assassinatos, adultérios, casos de corrupção etc. (Ribeiro, 2007, p. 319).

Fundamental dentro desse contexto foi a criação do Prêmio Esso de Jornalismo (Prêmio ExxonMobil de Jornalismo a partir de 2015) em 1956, como forma de fortalecer o senso de identidade e profissionalismo entre os repórteres e impulsionar o exercício da grande reportagem. O prêmio patrocinado pela multinacional de petróleo e gás norte-americana ExxonMobil se consolidou como a mais importante distinção conferida a profissionais de imprensa no Brasil, com 60 edições realizadas. Foi no bojo desse processo que o repórter Octávio Ribeiro, conhecido como Pena Branca, se tornou conhecido do público. Famoso entre os pares, ele ganhou notoriedade por meio de um conjunto de entrevistas para o semanário alternativo *Pasquim*, em 1976.

Devido ao sucesso e à repercussão provocados pelos relatos das aventuras do repórter em becos, ruelas das favelas cariocas e com suas descrições das formas de vidas desses lugares, em 1977

a editora Codecri publicou seu livro, *Barra Pesada*. A capa da obra é uma foto do cadáver de José da Rosa Miranda, o Mineirinho, criminoso que, no fim da década de 1950, era considerado pela polícia carioca o bandido número um da cidade do Rio de Janeiro. Nela, Mineirinho se encontra deitado de costas no chão, braços esticados, tornando visível o tiro que recebeu na testa, bem como o único dente que ornamentava a sua arcada dentária.

Pena Branca era estagiário do jornal *Última Hora* quando entrevistou Mineirinho no morro da Mangueira, em 1959. Apesar da fama do criminoso, a polícia não sabia seu paradeiro, o que deu extremo valor jornalístico à entrevista, considerada como um verdadeiro furo de reportagem e prova da coragem e iniciativa individual⁴ do jornalista (Ribeiro, 1977).

É preciso destacar também a forma peculiar com que o jornalista contava memórias para os entrevistadores. Desconfiado que os jornais não tinham a menor ideia do real paradeiro do criminoso, Pena Branca foi procurá-lo inicialmente no morro do Juramento, apelidado por ele de “montanha pesada”, já que, em função de sua geografia, escondia vários criminosos. Questionado sobre a receptividade de estranhos no morro, Pena Branca revelou sua tática para ser bem recebido no local:

Tem que fazer amizade no pé da montanha, senão você morre lá em cima. O papo começa com a garotada esfarrapada – olheiros dos marginais. A boa política é distribuir balas, refrigerantes, pipas, bolas de gude, figurinhas, notas de um cruzeiro para as crianças. Vencida a primeira barreira – elas já não avisam que tem sujeira no morro – você parte para outro obstáculo: as tendinhas. É bom ser generoso com seus freqüentadores, pagando marafo para os parasitas, cervejas para as mundanas. Mundo desconfiado interroga o visitante até saber sua origem: polícia, vagabundo ou otário. Se o raio x for positivo, o cara tem livre acesso nas vielas. Em caso de dúvidas dos moradores, o visitante tem que escapar rápido, pois pode sofrer uma desagradável traição. (Ribeiro, 1977, p. 18).

Encantado com o estilo de falar e de escrever do repórter, o cartunista Jaguar afirmou que Pena Branca/Octávio Ribeiro foi, por muitos anos, vítima dos “tecnocratas do copy desk” que “tosavam impiedosamente adjetivos, reticências e exclamações” para adaptar o jornalismo daqui ao estilo “fleugmático do jornalismo ianque”. O jornalismo objetivo era idêntico a deixar “uma carne embaixo da torneira até tirar todo gosto e tempero”. Pena Branca – visto por seus pares como praticante da verdadeira reportagem, “aquela que

o povão verdadeiramente curte” como “nessas histórias de violência, de caçadas, homens e bichos” – atuou também como uma espécie de professor como editor de Polícia de *O Jornal*, sendo responsável pela formação de jornalistas investigativos como Tim Lopes⁵, cujo assassinato brutal inspirou a criação da Abraji em 2002.

A escolha de Pena Branca nos ajuda a configurar a matriz policial por três aspectos. O primeiro diz respeito ao contexto no qual esse tipo de reportagem passou a caracterizar o jornalismo “popular” no Rio de Janeiro. Pena Branca iniciou sua trajetória no *Última Hora*, fundado em 1951, mesmo ano de *O Dia* e um pouco antes do *Luta Democrática* (1954). Estes três jornais foram empreendimentos de sucesso por estarem centrados na tríade crime, sexo e sindicato e por aproximarem seus leitores ao noticiário de crimes, transformando-os em leitores fiéis e eleitores sensíveis às plataformas políticas de seus proprietários (Siqueira, 2002). Assim, a referência de Pena Branca era Amado Ribeiro, que Israel Pinheiro, chefe de reportagem do *Última Hora* nos anos 1960, descreveu como um dos maiores repórteres que conheceu por suas reportagens sobre o Esquadrão da Morte (Dias, 1992).

O segundo trata da correlação desse universo com a televisão. Os anos 1960 viram emergir uma série de programas oriundos do rádio que tinham por referência a reportagem policial e o mundo cão⁶, caracterizando a primeira fase da televisão no Brasil. Isto ganhou outra magnitude nas décadas posteriores com a emergência de novas emissoras de TV sobre o espólio das antigas, entre as quais irá se destacar o Sistema Brasileiro de Televisão, SBT, cujo programa *O Povo na TV* estava atrelado à nova emergência dos programas de auditório combinado com as reportagens de rua na TV com ênfase no noticiário policial (Mira, 1995). Essa lógica marcará a criação, em 1991, do telejornal *Aqui Agora* que explorava um formato ágil, dinâmico e cru, com reportagens pouco editadas e feitas em plano sequência, permitindo que os jornalistas narrassem e fossem participantes dos fatos. Esse modelo de programa centrado nas reportagens policiais de rua notabilizou jornalistas como Gil Gomes (Roxo, 2010), Marcelo Rezende, José Luiz Datena e Wagner Montes (Sacramento & Roxo, 2013).

O terceiro é que Pena Branca inspirou a criação do personagem Waldomiro Pena, também repórter de polícia, do seriado *Plantão de Polícia*, da Rede Globo, sucesso nos 1980. O seu criador, Aguinaldo Silva, transitou da reportagem policial para a teledramaturgia. Silva ganhou prêmios escrevendo sobre o lado corrupto da polícia carioca e se notabilizou na imprensa alternativa tratando de tipos marginais

como prostitutas e travestis. O importante aqui é o fato dele inserir o seriado e dentro dele a reportagem policial no bojo de um processo de modernização do jornalismo em que Waldomiro Pena representava um ethos profissional cuja referência principal era a rua, as formas de vida de seus tipos sociais, como meliantes, prostitutas, favelados, etc. e valores, a malandragem e o jeitinho usados por estes agentes como armas importantes para a sobrevivência (Roxo, 2014). Essa lógica transparece em trabalhos posteriores como o de Caco Barcellos⁷, que deixa clara sua reverência a Pena Branca e o seu conhecimento deste tipo de ambiente (becos, morros, vielas de favela, etc.) no livro *Rota 66* (1992). Algo distinto das atuais reportagens centradas na mineração de dados, transparência e combate a corrupção, cuja modulação é aparentemente avessa a valores representativos da singularidade cultural brasileira.

Pode-se dizer que Pena Branca representa um tipo jornalista de origem popular formado de forma autodidata, que não se intimidava com o risco envolvido nas suas atividades profissionais. Essa mudança no perfil dos agentes que atuavam no jornalismo, para além das mudanças na indústria e no mercado de notícia, também está relacionada com o contexto brasileiro de regulamentação profissional, iniciada na década de 1930 e consagrada com a obrigatoriedade do diploma superior específico em 1969. A partir do conceito de *cidadania regulada* – segundo o qual “são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei” (Santos, 1979, p. 75, grifos do autor) –, pode-se entender porque as instituições de classe brasileiras, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), trabalharam ao lado do Estado para regulamentar e organizar a profissão. No entanto, além de se estabelecerem como cidadãos, a regulamentação profissional também foi uma forma de obter inserção política. “O processo de formação das profissões e a imposição dos critérios legais constituíram-se como uma forma de ter acesso ao Estado e, de modo geral, à esfera política que está na base de todo esse processo” (Petrarca, 2010, p. 83).

Recentemente, a ideia de que esse tipo de repórter tinha consciência do “papel social do jornalismo” (Beraba, 2007, orelha) se tornou um tipo de discurso de defesa do jornalismo investigativo nos tempos atuais. Isso visa a legitimar as tentativas da Abraji de sistematizar o exercício dessa prática

bem como sustentar a importância da mesma como uma das instâncias da *accountability*⁸ na dinâmica política atual. É o que veremos a seguir.

3 Matriz Política

Em livro publicado em 2000 pela Columbia University Press, o argentino Silvio Waisbord reconstrói um panorama inédito em amplitude do jornalismo investigativo, ou, como prefere, do jornalismo cão de guarda (*watchdog journalism*, no original) na América do Sul. Segundo este trabalho – focado em reportagens investigativas publicadas após o fim das ditaduras militares na Argentina, Colômbia, Brasil e Peru –, algumas características importantes desse jornalismo cão de guarda, identificado com mais frequência a partir dos anos 1990, são delineadas, a saber: (1) a existência e predominância da prática em grandes empresas jornalísticas, não mais restrita à imprensa alternativa; e (2) a predominância de reportagens sobre políticos e agentes públicos envolvidos em corrupção e violação dos direitos humanos. Assim, nas palavras do autor, com o crescimento da reportagem investigativa na América do Sul, “Despite dissimilar editorial positions and journalistic styles, news organizations typically put the spotlight on government malfeasance” (Waisbord, 2000, p. 52).

Escolhemos iniciar a reconstrução dessa matriz, que denominamos genericamente de “matriz política”, com a referência ao teórico argentino pois, na obra desse autor, os principais enunciados da matriz aparecem de forma mais explícita e sistematizada. A partir dele, podemos identificar coincidências entre essas ideias e discursos e práticas de jornalistas e instituições brasileiras.

No livro de Fortes (2012), por exemplo, o jornalista – que fez carreira em Brasília, como repórter/correspondente dos jornais *Correio Braziliense* (DF), *O Estado de S. Paulo* (SP), *Zero Hora* (RS), *Jornal do Brasil* (RJ) e *O Globo* (RJ), das revistas *Época* (SP) e *Carta Capital* (SP), e ainda como produtor de conteúdo da agência digital do Partido dos Trabalhadores (PT)⁹ –, defende que durante a ditadura não houve jornalismo investigativo no país devido à censura e repressão, acrescentando adiante que “Pode-se dizer que o *impeachment* de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil”¹⁰ (Fortes, 2012, p. 10).

Não há consenso de fato quanto ao marco zero da reportagem investigativa no país (Melo, 2015; Nascimento, 2010), no entanto é importante pontuar essas tentativas de estabelecimento de marcos inaugurais pois elas indicam reelaborações de experiências. A partir dos anos 2000, os discursos sobre o jornalismo investigativo enfatizam a relação da prática com a democracia, apoiados no argumento de que é nesse tipo de regime que se pode alcançar a autonomia necessária para o exercício profissional do jornalismo investigativo¹¹. Por essa lógica, então, as reportagens que recebem o selo investigativo tendem a ser trabalhos publicados após a redemocratização do país.

Outro lugar onde podemos procurar por essas reelaborações de experiências são nos exemplos de reportagens investigativas mencionados pelos jornalistas. Fortes (2012), por exemplo, ao discutir os meios empregados para adquirir informações, cita um livro-reportagem de sua autoria, *Cayman: o dossiê do mundo*¹² e uma reportagem, publicada em 12 de fevereiro de 2003, pela *ISTOÉ*, que denunciava um esquema na Secretaria de Segurança Pública da Bahia montado pelo político brasileiro Antônio Carlos Magalhães¹³ para monitorar os telefones de seus desafetos. De forma semelhante, outros autores (Sequeira, 2005; Lopes & Proença, 2003), mesmo que defendam uma definição ampla de jornalismo investigativo capaz de incluir temáticas diversas, parecem não notar a predominância de casos de corrupção nos próprios exemplos de reportagens investigativas escolhidos.

Esse entendimento de reportagem investigativa como sinônimo de reportagem de política fica mais evidente na pesquisa de Nascimento (2010). Ao eleger filtros para seu *corpus* de análise, a partir do qual deveria diferenciar jornalismo investigativo de “jornalismo sobre investigações”, o pesquisador define como recorte temporal todos os anos eleitorais pós-redemocratização e, em seguida, aplica critérios como local de produção, editoria, presença de informações exclusivas e de denúncias. Sobre o local, o autor explica que foram utilizadas somente “reportagens produzidas pelas sucursais das revistas em Brasília. A separação foi feita porque as reportagens que tratam de *irregularidades de autoridades* são, em sua maioria, feitas pelas sucursais brasileiras das revistas” (Nascimento, 2010, versão digital, grifos nossos).

Um fato marcante que coincide com o fortalecimento dessa matriz discursiva diz respeito aos agentes e instituições

do campo jornalístico. Em setembro de 2002, após um congresso intitulado “Jornalismo Investigativo: Ética, Técnica e Perigos”, realizado no Rio de Janeiro por ocasião da morte de Tim Lopes, o jornalista Marcelo Beraba – que trabalhou para *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal da Globo* (TV) – enviou um e-mail para 44 profissionais do jornalismo, convidando-os para formar a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). No site da instituição é possível ter a acesso a um trecho do e-mail:

Durante o Seminário, vários de nós voltamos a nos perguntar por que não temos ainda no Brasil uma instituição formada e mantida por jornalistas, independente, voltada para a troca de informações entre nós, para a formação profissional, para o aprofundamento dos conhecimentos e uso de ferramentas na área do jornalismo investigativo, para a formação de uma literatura e bancos de dados, para a promoção de seminários, congressos e oficinas de aperfeiçoamento profissional. (“Sobre a Abraji”, n.d., parágrafo 1).

O trecho, selecionado pela própria Abraji para iniciar sua apresentação, enfatiza a formação, aperfeiçoamento e crescimento profissional. Da mesma forma, em seu estatuto social, a associação estabelece como objetivos o “aprimoramento profissional dos jornalistas e a difusão dos conceitos e técnicas da reportagem investigativa”. É importante pontuar a ênfase na formação profissional no contexto de criação da Abraji, pois há uma relação entre a crescente profissionalização e o fortalecimento dos discursos de matriz política no jornalismo.

Essa relação fica mais clara quando a instituição especifica suas atividades. Além de promoção e organização de cursos e seminários, intercâmbio de informações, estímulo ao jornalismo investigativo e apoio ao uso de recursos de computador¹⁴, consta ainda a defesa da “democracia, do livre exercício do jornalismo investigativo e da liberdade de expressão. Entre suas prioridades estão, (*sic*) a defesa da transparência nos negócios públicos e a garantia de livre acesso às informações dos órgãos públicos” (Abraji, 2016, p. 01).

É possível defender que “os negócios públicos” têm sido tema recorrente ao longo da atuação da instituição a partir de uma visada, por exemplo, nos cursos online oferecidos desde 2015: Jornalismo de Dados, Indicadores educacionais, Investigação de Corrupção, Lei de Acesso a Informações, Investigação de Empresas e Investigação

de Patrimônio¹⁵. A maior parte dos cursos citados oferece expertise para investigações em bancos de dados públicos, fontes que indicam caminhos para investigação, principalmente, de políticas e contratos públicos. A ênfase também aparece na programação último evento, o 12º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, promovido pela Abraji¹⁶ em 2017, onde encontramos um eixo temático bem específico, “Corrupção e jurídico”, entre outros mais abrangentes, como Acesso a informações; Boas histórias, boas reportagens; Cursos; Fazer jornalístico, etc. Ainda que só 3 painéis – “Por dentro da Lava Jato: entrevista com delegado da PF”, “Dicas e técnicas de investigação de empresas” e “Sessão especial: Desafios no combate à corrupção: a operação Lava Jato”, que contou com a participação do, à época, Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot – tenham sido categorizados dessa forma, menções a escândalos políticos e investigação de dados, orçamentos e finanças públicos aparecem no título de 17 painéis (de um total de 85). Merece menção ainda o painel de encerramento “A democracia morre na escuridão: a relevância do jornalismo investigativo em tempos estranhos”, ministrado pelo editor-chefe do *Washington Post*, Martin Baron, e mediado por Rosental Alves.

É interessante ainda lançar um olhar para a trajetória profissional da atual diretoria (2016 – 2017) da Abraji. Com base em pequenas biografias disponíveis no site da instituição sobre cada um dos dez dirigentes, é possível notar que seis¹⁷ deles, incluindo o diretor, Thiago Herdy, e o vice-diretor, Vladimir Neto, destacam a atuação na cobertura de política. No texto de outro dirigente, Fábio Oliva, esse fato é ainda mais curioso, além de jornalista e advogado, ele também se define como “ativista da luta anticorrupção”.

Além da trajetória social dos agentes da Abraji e de seus discursos, acreditamos que uma importante chave interpretativa para a compreensão da emergência dessa matriz política diz respeito à influência norte-americana na profissionalização do jornalismo investigativo no Brasil. Isso pode ser melhor observado, por exemplo, a partir das relações da associação com o jornalista Rosental Calmon Alves. Segundo perfil produzido pela própria Abraji, por ocasião do 6º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo (2011), durante o qual foi homenageado, Rosental se tornou diretor do Knight Center for Journalism in the Americas, em 2002, após receber um financiamento de 2 milhões

de dólares da Knight Foundation, fundação cujo objetivo é promover excelência no jornalismo e o sucesso das comunidades nas quais trabalha. Sobre a instituição dirigida por Rosental, consta no texto da Abraji:

Um das principais atividades do centro é um programa inovador de ensino à distância com cursos ministrados em inglês, espanhol e português. O centro ajudou a criar uma nova geração de organizações de jornalismo independentes e autossuficientes na América Latina. No Brasil, o apoio do Knight Center culminou com a criação da Abraji. (Abraji, 2011, p. 01).

Além da Abraji, fundações como o Fopea (Foro de Periodismo Argentino) e o Fopep (Foro de Periodistas Paraguayos) também contaram com o incentivo do jornalista para a fundação.

Esperamos ter chamado atenção para três aspectos marcantes do que denominamos de “matriz política”, a saber: a proximidade com discursos de defesa ou promoção da democracia, a relação com propostas e movimentos de profissionalização ou “modernização” do jornalismo e a ênfase na investigação da administração pública como principal agenda profissional. Acreditamos que é necessário enfatizar esses aspectos pois, além de constituírem os moldes ou principais enunciados desta matriz, com frequência esses aspectos são naturalizados na compreensão do jornalismo moderno, herdeiro da influência norte-americana.

Podemos afirmar que, pelo menos desde 1950, as bases que sustentam a relação próxima entre jornalismo e investigação de corrupção ganham força no Brasil com a modernização da imprensa carioca (Ribeiro, 2007). O alicerce da “matriz política” pode ser encontrado mesmo na definição de jornalismo de Beltrão (1992) inicialmente publicada em 1960, segundo a qual “jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum” (Beltrão, 1992, p. 67). No entanto, da mesma forma que o noticiário político pode servir ao intuito de orientar a opinião pública, as tradicionais reportagens policiais também poderiam reivindicar esse lugar. De forma que o que nos interessa pontuar é o crescimento da relevância dada ao jornalismo político, especialmente aquele cuja agenda está voltada para a investigação de corrupção em detrimento de reportagens investigativas interessadas na “realidade social” ou em outras coberturas de cunho popular.

Tumber & Waisbord (2004) notam que, frequentemente, o estudo dos escândalos políticos é sobreposto pelo estudo dos motivos de corrupção. Por essa mesma linha de raciocínio, se admite que a intensa cobertura de escândalos é consequência do aumento da própria prática litigiosa (fala-se de uma “economia do crime global”), já que “scandals are ‘corruption revealed’” (Lowi *apud* Tumber & Waisbord, 2004, p. 1032)¹⁸.

Nossa opção é partir por outra linha de análise, uma que se interessa em investigar as próprias condições de publicização dos escândalos, isto é, que se questiona sobre como se constroem escândalos, recusando a ideia de que eles sejam construídos juntamente com o desvio. Em nosso entendimento, uma das chaves para fazer esta indagação está na análise da crescente profissionalização do jornalismo investigativo.

Em artigo recente, Albuquerque (2017) aponta, a partir da situação brasileira pós-golpe de 2016¹⁹, a necessidade de uma abordagem pós-colonial para a relação entre imprensa e política no Brasil. Segundo o autor, o modelo ocidental do quarto poder – segundo o qual a liberdade de imprensa naturalmente age em prol da *accountability*, protegendo o interesse comum dos cidadãos de governos corruptos – não deve ser tomado como uma norma universal. Sua análise indica que há uma reinterpretação de valores ocidentais em sociedades pós-coloniais, realizada por elites que se sentem incumbidas da missão de civilizar a população, incluindo a própria imprensa *mainstream*, coincidentemente, a mesma que mais ganha prêmios por reportagens investigativas (Melo, 2015).

Sem fugir ao nosso objetivo de reconstituição de matrizes discursivas, a referência ao trabalho de Albuquerque é providencial por indicar a possibilidade de pensarmos mais profundamente as influências internacionais por trás do fortalecimento da “matriz política” no jornalismo investigativo brasileiro, que, como vimos, anteriormente se vinculava mais à editoria de polícia e era praticado por jornalistas portadores de diferentes capitais culturais.

Assim, observando o entrelaçamento de relações entre instituições, como a já mencionada Knight Foundation, além da Open Society Foundations, Fundação Ford, Porticus, Oak Foundation (financiadoras de iniciativas de jornalismo investigativo no Brasil como Agência Pública e Escola de Dados) ou até mesmo do Google News Lab e Facebook Journalism Project (patrocinadoras do último

congresso da Abraji), acreditamos que existe um caminho de análise da passagem de uma matriz discursiva para outra que envolve a participação desses agentes. Por este caminho, é preciso procurar entender que democracia se procura defender e promover – algo que aparece na missão de quase todas essas instituições – e como cursos, aperfeiçoamentos e treinamentos de jornalistas podem ter contribuído para uma guinada discursiva que passa da exaltação da coragem e fardo do jornalista para a afirmação de expertise com análise de dados e fontes.

4 Considerações finais

A Abraji publicou duas coletâneas – *10 reportagens que abalaram a ditadura* (2005) e *50 anos de crimes* (2007) – organizadas pelo jornalista Fernando Molica, visando a “contar um pouco da nossa história e da evolução do jornalismo”. Essas publicações ajudam a consagrar as matrizes anteriores, uma vez que se concentram nas reportagens políticas e policiais e, de certa forma, afirmam a Abraji como um importante espaço de articulação dos diversos significados associados ao termo “jornalismo investigativo” no Brasil. O interessante é não haver nenhuma dicotomia de valores entre os papéis de “observador neutro da realidade”, orientado pelo paradigma da objetividade, e o do de “cão de guarda”, que expressa a defesa de valores morais, como no jornalismo norte-americano.

Porém, se não se pode falar em dicotomia, neste artigo tentamos mostrar que pelo menos se pode notar mudanças significativas entre as matrizes. Os temas privilegiados por cada uma – notícias sobre crimes como assassinatos, tráfico, violência sexual, violência policial e o apelo à mítica da “rua” como espaço privilegiado do exercício da reportagem no caso da matriz policial, e notícias sobre corrupção do governo no caso da matriz política – são sintomas de uma mudança mais estrutural no perfil dos jornalistas, ou melhor, na profissionalização do jornalismo brasileiro. A mudança mais evidente nesse perfil se manifesta em relação a posse ou não de diploma em jornalismo, mas, posteriormente, também procuraremos mostrar as mudanças em relação à origem social dos diferentes jornalistas.

Cabe ressaltar que o entendimento do jornalismo como

profissão vai além da instituição do diploma, mas também envolve narrativas e práticas que respaldam a autoridade jornalística. Assim, compreendemos a atuação da Abraji como uma sistematização do saber-fazer do jornalismo investigativo, que elege narrativas (liberdade de expressão, defesa da democracia, luta contra a corrupção) e práticas para reafirmar a autoridade do jornalismo brasileiro.

Ainda, a ideia de “evolução do jornalismo” aponta para a pertinência de um tipo de agenda pela qual o jornalismo brasileiro é associado a uma “cruzada moral” como nos momentos anteriores ao golpe civil militar de 1964 (Goldstein, 2017). Assim, o que nos chama atenção é a orientação atual das pautas do jornalismo investigativo pela noção de transparência, que resulta no grande foco dado ao controle de gastos públicos. Este foco não representa um problema em si, porém, defendemos que é preciso questionar se esta orientação não está se sobrepondo às pautas orientadas para uma agenda política com eixo na consagração da soberania popular, numa certa satanização dos valores que consagraram a singularidade cultural brasileira e na redução das desigualdades sociais como forma de afirmar cidadania plena a todos os indivíduos e, em caso afirmativo, quais as consequências disso para a nossa democracia.

NOTES

- 1 Entre os anos 1950 e os 1970, David Nasser foi um dos repórteres mais famosos do país. Trabalhou, entre 1943 e 1974, na revista *O Cruzeiro*, carro-chefe das publicações do império de Assis Chateaubriand, um dos mais importantes empresários do ramo jornalístico no Brasil (Carvalho, 2001).
- 2 Foi autor de grandes reportagens e vários livros, um dos quais sobre a Revolta da Chibata, publicado em 1959. Começou a trabalhar cedo, em uma casa comercial. Em seguida, trabalhou nos jornais *O Ceará* e *A Rua*, como corretor de anúncios, auxiliar de revisor e auxiliar de repórter. Em 1932, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no *Jornal do Brasil*, na sessão de anúncios fúnebres. Trabalhou nos jornais *O Globo*, *A Tarde*, *Diário da Noite* e na revista *O Cruzeiro*, de 1938 a 1947 (Carvalho, 2001).

- 3 Joel Silveira se tornou famoso por sua mordacidade e pela cobertura de fatos que marcaram a vida política do país. Sua primeira matéria de destaque saiu em 1943, na revista carioca *Diretrizes*, de Samuel Wainer. Trabalhou posteriormente com Assis Chateaubriand nos *Diários Associados*, em que atuou como correspondente na Itália durante a Segunda Guerra. (Silveira, 1998).
- 4 Ver o prefácio escrito por Mino Carta em Ribeiro (1977).
- 5 Tim Lopes (Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento) era um jornalista investigativo brasileiro e produtor para a Rede Globo. Em 2002, foi morto enquanto estava trabalhando numa reportagem em uma favela do Rio de Janeiro (Souza, 2002).
- 6 Entre eles *002 Contra o Crime e Polícia às suas Ordens* (Excelsior, 1965-1966); *Patrulha da Cidade* (Tupi, 1965); *Plantão Policial Canal 13* (TV Rio, 1965-1966); e *A Cidade Contra o Crime, Longras 004 e O Homem do Sapato Branco* (TV Globo, 1966-1968) deram suporte a esta programação (Wanderley, 1995, p. 82).
- 7 O repórter e escritor Caco Barcellos trabalha para a Rede Globo de televisão desde 1982. Em mais de 40 anos de carreira, se notabilizou por reportagens investigativas, como a que fez para o *Globo Repórter* sobre os desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. Barcellos também é famoso por apresentar e dirigir o programa televisivo *Profissão Repórter*, desde 2006, que tem como proposta mostrar os bastidores das notícias.
- 8 “A questão da accountability é fundamental para a qualificação da democracia moderna”, preconiza Rousiley Maia (2006, p. 2), ditando, em grande medida, o que se discute em termos de visibilidade midiática e suas implicações para o bom funcionamento da democracia. Ainda de acordo com a autora, o regime de *accountability* (Arato, 2002) reforça a norma democrática e, nesse contexto, faz referência ao imperativo democrático de que os representantes devem considerar os desejos e as necessidades dos cidadãos na condução dos negócios públicos (Maia, 2006, p. 5).
- 9 Recuperado de www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/leandro-fortes/.
- 10 Fortes compara o *impeachment* do presidente brasileiro Collor com o famoso escândalo político norte-americano Watergate, que culminou com a renúncia do presidente Nixon. Collor foi acusado

por fraudes financeiras e por envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro no exterior comandado pelo tesoureiro da sua campanha, Paulo César “PC” Farias. O paralelo que se faz entre o escândalo brasileiro e o norte-americano é devido ao afastamento dos dois presidentes após as denúncias.

- 11 No estatuto social da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo consta, entre suas atividades, a defesa da democracia, do livre exercício do jornalismo investigativo e da liberdade de expressão.
- 12 Segundo a *Folha de S. Paulo*, “o dossiê Cayman é um conjunto de papéis com autenticidade não comprovada que atestam a existência de uma empresa em nome de integrantes do PSDB em paraísos fiscais. [...] Cópias desse suposto dossiê foram espalhadas e vendidas a candidatos da oposição durante as eleições de 1998” (Folha Online, 2003, on-line).
- 13 Antônio Carlos Magalhães foi filiado à União Democrática Nacional (UDN), Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS) e, finalmente, ao Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM), sua última agremiação. Foi governador do estado da Bahia por três vezes (duas vezes nomeado pelo Regime Militar Brasileiro), além de ter sido presidente do Senado de 1997 até 2001.
- 14 Acreditamos que a Abraji faz referência ao que, em 2002, se conhecia como reportagem com auxílio do computador (RAC), mas que, desde o WikiLeaks, é mais comumente conhecido como jornalismo de dados (Gray, Bounegro & Chambers, 2012).
- 15 Recuperado de cursos.abraji.org.br/course/index.php
- 16 Infelizmente, não é possível traçar um quadro comparativo da programação dos 12 Congressos Internacionais de Jornalismo Investigativo promovidos pela Abraji até 2017, pois a maior parte dessas informações não está mais disponível online.
- 17 A saber: Thiago Herdy, Vladimir Neto, Fábio Oliva, Alana Rizzo, Daniel Bramatti e Maiá Menezes.
- 18 Lowi, T. (1988). Foreword. In A. S. Markovits & M. Silverstein (Eds.), *The politics of scandal: Power and process in liberal democracies* (pp. vii-xii). New York: Holmes & Meier.

19 No dia 31 de agosto de 2016, o Senado brasileiro aprovou o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, por suposto crime de responsabilidade fiscal, por 61 votos a 20. Na ciência política brasileiro, o episódio é nomeado de “golpe parlamentar”, modelo “no qual a aparência de normalidade das instituições políticas é mantida, ao mesmo tempo em que se recorre a brechas constitucionais para derrubar mandatários eleitos pelo voto popular” (Albuquerque & Paula, 2017).

REFERÊNCIAS

Abraji (s.d.). Sobre a Abraji. *Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo*. Recuperado de abraji.org.br/institucional/#sobre-abraji.

Abraji (2016, Out.). *Estatuto Social da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo*. Recuperado de abraji.org.br/static/arquivos/transparencia/EstatutoSocial_Abraji_2016.pdf.

Abraji (2011, Jul.). *Rosental Calmon Alves: uma vida dedicada ao jornalismo*. Recuperado de livrozilla.com/doc/1675267/rosental-calmon-alves-uma-vida-dedicada-ao-jornalismo.

Albuquerque, A. (2017). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: a glimpse from Brazil. *Journalism*. doi.org/10.1177/1464884917738376

Albuquerque, A. & Paula, C. (2017). Accountability Contra Democracia: A Comunicação Política depois do Golpe. Anais do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica. Recuperado de compolitica.org/novo/artigo/accountability-contrademocracia-a-comunicacao-politica-depois-do-golpe

Arato, A. (2002). Representação, Soberania Popular e Accountability. *Lua Nova*, 55-56, pp. 85-103. dx.doi.org/10.1590/S0102-64452002000100004.

Barcellos, C. (1997). *Rota 66*. São Paulo: Globo.

Beltrão, L. (1992). *Iniciação à filosofia do jornalismo*. São Paulo: Edusp.

Beraba, M. (2007). Apresentação. In: MOLICA, F. (Org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record.

Broca, B. (2004). *A Vida Literária no Brasil – 1900* (5ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.

Bucci, E. (2014). Para não esquecer Watergate. In: Bernstein, C.; Woodward, B. *Todos os homens do presidente*. São Paulo: Três Estrelas.

Carvalho, L. M. (2001). *Cobras criadas*: David Nasser e 'O Cruzeiro'. São Paulo: Senac.

Chalaby, J. K. (1996). Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, 11(3). pp. 303-326. doi.org/10.1177/0267323196011003002

Coelho Neto, H. (1921). *A Conquista*. Porto: Liv. Chardron.

Correia, Eduardo Luiz. (2012). *História e ficção na narrativa de um escândalo midiático*. (Tese de Doutorado). Recuperado de Repositório Institucional da UnB, repositorio.unb.br/handle/10482/11218

Christofoletti, R. & Karam, F. J. (2011). *Jornalismo investigativo e pesquisa científica*. Florianópolis: Insular.

Dias, M. (1992). *Malditos repórteres de polícia*. Niterói, RJ: Muiraquitã.

Dines, A. (1986). *O papel do jornal: uma releitura* (4ª ed). São Paulo: Summus.

Ettema, James S. & Glasser, Theodore. (1998). *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. Nova York: Columbia University Press.

Faro, J. S. (1999). *Revista Realidade, 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. da ULBRA/AGE.

Folha Online (2003, Maio 23). Saiba mais sobre o dossiê Cayman. *Folha Online*. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49472.shtml

Fortes, L. (2012). *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Contexto.

Gomes, A. C. (1988). *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice.

Goldstein, A. (2017). La Prensa Brasileña y sus "Cruzadas Morales": Un Análisis de los Casos del Segundo Gobierno de Getúlio Vargas y el Primer Gobierno de Lula da Silva. *Revista Dados*, 60 (2), pp. 395-435. dx.doi.org/10.1590/001152582017124

Gray, J., Bounegro, L., & Chambers, L. (2012). *The data journalism handbook*. Pequim: O'Reilly Media.

Lopes, D. F. & Proença, J. (2003). *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil.

Maia, R. C. (2006). Mídia e diferentes dimensões da Accountability. *E-Compós*, 7. doi.org/10.30962/ec.v7i0.113

Melo, S. A. (2015). *Discursos e práticas: um estudo do jornalismo investigativo no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-19092016-155529/pt-br.php

Melo, S. A. (2016). Da grande reportagem ao escândalo político: os percursos do jornalismo investigativo no Brasil. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM*, 4(2), pp. 176-185. Recuperado de revistas eletrônicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/391

Mira, M. C. (1995). *Circo eletrônico – Silvio Santos e o SBT*. São Paulo: Olho D'Água/Loyola.

Montes, M.C. (1981). O discurso populista ou caminhos cruzados. In J. M. de Melo (Ed.), *Populismo e comunicação*, pp. 61-75. São Paulo: Cortez.

Nascimento, S. (2010). *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

Neveu, E. (2005). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.

Petrarca, Fernanda R. (2010). Construção do estado, esfera pública e profissionalização do jornalismo no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 18(35), pp. 81-94. dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000100006

Ribeiro, A. P. Goulart (2007). *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers.

Ribeiro, O. (1977). *Barra pesada*. Rio de Janeiro: Codecri/O pasquim.

Rodrigues, A. E. M. (2000). *João do Rio: a cidade e o poeta*. Rio de Janeiro: FGV.

Rodrigues, N. (1977). *O Reacionário*. Memórias e Confissões. Rio de Janeiro: Record.

Roxo, M. (2010). A volta do Mundo Cão na TV. In A. P. G. Ribeiro, I. Sacramento & M. Roxo (Orgs.), *História da Televisão no Brasil*, pp. 177-196. São Paulo: Contexto.

Roxo, M. (2014). Bunda de Malandro Velho não se ajeita em Calça Lee: O Seriado Plantão de Polícia, a Malandragem e a Modernização dos jornais. In A. P. G. Ribeiro, Igor S. & Marco Roxo (Orgs.), *Televisão, História e Gêneros*, pp. 236-270. Rio de Janeiro: Multifoco.

Roxo, M. (2016). *Jornalistas pra quê? Militância sindical e o drama da identidade profissional*. Curitiba: Appris.

Sacramento, I. & Roxo, M. (2013). O Populismo e Neopopulismo no Jornalismo Televisivo Brasileiro. In Anais do XXII Encontro Nacional da COMPÓS. Salvador: Compós. Recuperado de www.compos.org.br/data/biblioteca_2072.pdf

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Santos, W. G. dos. (1979). *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

Sarmento, C. E. (2008). *O Espelho Partido da Metrópole*. Rio de Janeiro: FAPERJ/FOLHA SECA.

Schudson, M. (1978). *Discovering the news: a Social History of American newspapers*. Nova York: Basic Books.

Sequeira, C. (2005). *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus Editorial.

Silveira, J. (1998). *Na fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad

Siqueira, Carla. (2002). *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. (Tese de Doutorado). <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.8552>

Souza, P. (2002). *Narcoditadura: O Caso Tim Lopes, Crime Organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil*. São Paulo: Labortexto Editorial.

Tumber, H. & Waisbord, S. R. (2004). Introduction: Political scandals and media across democracies, volume II. *American Behavioral Scientist*, 47 (9), pp. 1143-1152.

Waisbord, S. (2000). *Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy*. New York: Columbia University Press. <https://doi.org/10.1177/0002764203262340>

Wanderley, S. (1995). *A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal Fluminense, Niterói (Brasil).

SEANE MELO. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: seanemelo@gmail.com.

MARCO ROXO. Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Comunicação pela mesma instituição. Atualmente é presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e Bolsista de Produtividade Nível 2 do CNPq. E-mail: marcos-roxo@uol.com.br.

RECEBIDO EM: 19/07/2018 | ACEITO EM: 14/10/2018